

## MOVIMENTO CATRUMANO:

o Norte de Minas como berço de Minas Gerais

**E**cológicamente o território mineiro é dividido em dois grandes ecossistemas, um a Mata Atlântica sobre as montanhas, que se finaliza na serra do Espinhaço e outro, o do Cerrado, que se estende, sobre as chapadas. A localização de Belo Horizonte demonstra em uma única visada essa configuração ecológica. De um lado a serra do Curral, com vegetação de floresta tropical; dando as costas a ela, a vegetação de cerrado, que recobre as chapadas que a partir daí começam a dominar o relevo. A cidade deve seu nome ao horizonte sobre as chapadas e não sobre as montanhas.

No processo de construção da ideologia da mineiridade, nas primeiras décadas do século XX, a região *dos Gerais* foi obliterada para se enfatizar o papel da região das Minas,

como pode ser apreendido a partir da afirmação de um dos construtores dessa ideologia. Em seu ensaio de caracterização da mineiridade, Sylvio de Vasconcellos afirma procurar chamar

a atenção para a possível especificidade de uma região brasileira, contida nos precisos limites da ocupação humana condicionada pelo ouro, não ampliada às fronteiras do território que se chamou Minas Gerais. *Isto porque, ao que parece, as Minas diversificam-se das Gerais* (1968: 7, grifos meus)<sup>1</sup>.

Como se vê, um dos construtores do discurso da mineiridade não nega a existência de duas realidades sociais distintas, chegando mesmo a dizer que

é indispensável distinguir as Minas, *das Gerais*; os mineiros dos *geralistas*. São duas mentalidades absolutamente diversas, duas épocas, duas formações históricas diferentes, duas áreas geográficas. Agora, sim, aparece o contraste: a montanha e o campo (1968: 193, grifos meus).

<sup>1</sup> VASCONCELLOS, Sylvio. *Mineiridade*. Ensaio de Caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

Apesar de querer exprimir o contraste entre *as minas* e *os gerais*, o autor replica a segunda parte do nome do estado sobre a primeira. Quando o mineiro diz *as/das/nas gerais*, ele faz referência às minas que se distribuía em amplo espaço nos vales da serra do Espinhaço e passaram a ser conhecidas desde o início da exploração aurífera como as *minas gerais* (Veiga: 1897)<sup>2</sup>. Entretanto, os campos que se estendem por ampla parte do território brasileiro e vistos como partes da geografia do sertão, nunca foram conhecidos regionalmente como *as gerais*, mas *os gerais*, como nos informa Guimarães Rosa em correspondência a seu tradutor italiano, “você sabe, desde grande parte de Minas Gerais, aparecem *os ‘campos gerais’, ou os ‘gerais’* – paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás, até o Piauí e ao Maranhão (1993: 7, grifos meus)<sup>3</sup>.

Outra perspectiva que revela essa questão refere-se à denominação identitária do mineiro. Nos primórdios da documentação colonial, os moradores da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e depois Capitania de Minas Gerais eram nomeados como sendo os *geralistas* (Veiga, 1897: 243) e só mais tarde chamados de *mineiros*. Os moradores *dos gerais*, por outro lado, são conhecidos regionalmente como os *geraizeiros* e não os *geralistas* (Donald Pierson, 1972)<sup>4</sup>. Denominações diferenciadas para povos diferenciados. Como podemos ver, o sociólogo da mineiridade, em seu ensaio, quer afirmar a duplicidade de realidades sociais, formações históricas e áreas geográficas distintas existentes em Minas

Gerais, mas encontra impedimentos no campo semântico em que se encontra mergulhado e replica significados iguais para significantes distintos. Coisa muito comum entre os mineiros, cujo conhecimento de Minas se faz a partir das leituras disponibilizadas desde os primeiros bancos escolares e não da vivência direta das realidades díspares. Falar as Minas ou as Gerais, dessa forma, é falar de uma mesma realidade social que se contrasta com *os Gerais*.

O termo Minas Gerais, assim, se não replica significados sobre o mesmo significante, constitui-se uma denominação que traz em seu campo semântico a antinomia entre a sociedade que se dedicou à exploração aurífera – mineira – e a sociedade dedicada à criação de gado e que se realizou nos campos gerais – a sertaneja, e, nela, a Norte Mineira. Tanto a paisagem quanto as denominações das Minas e dos Gerais informam que a imagem una de Minas é resultante de uma invenção social, que alguns querem apenas mitológica (Arruda: 1999)<sup>5</sup>, mas que se constitui também em uma ideologia política que possibilitou a hegemonia da identidade vinculada às Minas sobre a dos Gerais, como uma ideologia abrangente, tal qual a fábula das três raças como discutida por Da Matta (1981)<sup>6</sup>. Como um sistema totalizado de idéias que interpenetra grande parte dos domínios da cultura, essa ideologia fornece as bases para o projeto político e social da elite mineira (Dulci, 1984)<sup>7</sup>, conciliando impulsos contraditórios dessa sociedade estadual, sem criar um plano para sua transformação profunda,

<sup>2</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, 3 Volumes.

<sup>3</sup> LORENZ, Günter. “Diálogo com Guimarães Rosa”. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983, p. 62-97.

<sup>4</sup> PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, 3 volumes.

<sup>5</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Social do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>6</sup> DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

tendo em vista compreendê-la como superior no concerto das sociedades estaduais brasileiras formadoras da nação, exatamente por sua condição de replicar em si a geografia e sociologia pátria: duas realidades distintas, o litoral e o sertão, no caso brasileiro e as minas e os gerais no caso mineiro.

O reconhecimento da obliteração do papel crucial do Norte de Minas na fundação e na consolidação da Sociedade Mineira tem sido possível por meio de pesquisas e estudos que professores e estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros têm desenvolvido, desde que se posicionou como a única instituição que, por meio de pesquisa, produz conhecimentos sobre a realidade regional que interessem à Sociedade Norte Mineira.

Várias questões podem estar povoando a mente pragmática dos membros da elite regional. Dentre elas, qual a importância da mudança de discurso sobre a região? Que consequências práticas para cada município ao deixar de se afirmar a pobreza Norte Mineira e se passar a reivindicar o lugar da fundação e da consolidação da Sociedade Mineira? O que a população regional tem a ganhar com isto? Por que mobilizar tantos esforços para se conquistar algo que é ideológico e simbólico, que não traz benefícios práticos para ninguém?

As respostas às questões dos benefícios práticos vinculados a discursos ideológicos e simbólicos tanto pode ser compreendidos na pró-

pria realidade Mineira quanto entre renomados sociólogos internacionais que se dedicaram a compreender as dimensões ideológica e simbólica construídas por diversas sociedades.

Na realidade mineira, os ganhos materiais vinculados a discursos ideológicos e simbólicos tanto podem ser compreendidos quando se olha o lugar simbólico ocupado por Minas Gerais, no conjunto das sociedades estaduais brasileiras, quanto pela observação do espaço ocupado pela região *das minas gerais*<sup>8</sup> no conjunto das sociedades municipais mineiras.

Ao vincular o lugar geográfico do território mineiro à forma como os políticos mineiros passaram, a partir de um dado momento da história nacional, a desenvolver articulações políticas, propiciou, no processo de consolidação da Sociedade Republicana brasileira, a construção de um discurso de Minas Gerais como o “coração do Brasil”<sup>9</sup>, para se contrapor ao discurso paulista do papel primacial de sua sociedade como aquela que contribuiu para consolidar, por suas bandeiras, a realidade nacional<sup>10</sup>.

Após a Semana de Arte Moderna em 1922 em São Paulo, os poetas modernistas, em busca dos aspectos propriamente brasileiros para afirmar a identidade nacional, por oposição às primazias européias sobre a realidade nacional, encontraram em Ouro Preto o que consideraram o “berço da brasilidade”<sup>11</sup>. Nes-

<sup>7</sup> DULCI, Otávio Soares. “As Elites Mineiras e a Conciliação: a Mineiridade como Ideologia”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez, 1984.

<sup>8</sup> Quando se escreve minas gerais com minúsculas está se falando da região mineradora e não do Estado de Minas Gerais, escrito com maiúsculas.

<sup>9</sup> Neste sentido, vide SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira*. Chorografia do Estado de Minas Gerais. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, 2 Volumes.

<sup>10</sup> Nesse sentido, vide WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

<sup>11</sup> Para maior aprofundamento dessa questão, vide ANDRADE, Mário. “Aleijadinho”. In: *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984; BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. Ilustrações de Jardim, Luís e BASTIDE, Roger. *Brasil: Terra de Contrastes*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Corpo e Alma do Brasil.

se período, em Minas Gerais, a partir de convocação do Governador Antônio Carlos (coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico estadual), inicia-se o processo de construção da ideologia da mineiridade e da História de Minas, tendo-se realizado o *esquecimento* dos fatos históricos Norte Mineiros na História estadual.

Na Sociologia, podemos encontrar em diversos autores que se dedicaram a discutir ideologia e poder simbólico e as conseqüências da construção de tais discursos a fundamentação para podermos responder às questões que podem invadir a cabeça da elite regional. Mas recorreremos, apenas, a três autores. Em Louis Dumont (1992)<sup>12</sup> ideologia é compreendida como um sistema de idéias e valores por meio dos quais uma sociedade ou um grupo social afirma a si mesmo em oposição a outros, com seus sistemas de idéias e valores. Nesse sentido, a construção da ideologia da mineiridade foi o momento da constituição de um sistema de idéias e valores propriamente mineiros para se contrapor ao sistema de idéias e valores construído pelos paulistas.

Quanto à questão da simbologia e do poder que dela se deriva, cumpre-nos perguntar: O que a simbologia representa para o sistema de escrita? O símbolo é a gênese dos sistemas de escrita, sílabas e pronúncias que deram origem às línguas. O signo é o caráter e elemento essencial, é a representação com ou sem analogia com outros conceitos ou fatos. De outra forma, a idéia pode ser um signo em si mesmo, ou seja, puro, mas deve ser expresso em figuras, objetos, sons, palavras. Ou seja, o símbolo está conformado por um ou vários signos, que são a essência oculta (interna) de

que o símbolo é o reflexo (externo). Deriva-se daí que as observações e as interpretações são livres na medida em que se sintonizam com a essência oculta e velada representada pelo símbolo. Por isso, falar em Minas Gerais é falar de montanhas, cidades históricas vinculadas ao ouro e nada de falar de gado, de chapadas, etc.

Como algo que, por decisões sociais, pode mudar as significações vinculadas àquilo a que se prende, como afirma Derrida (1970)<sup>13</sup>? Para dar resposta a essa questão é necessário compreender aquilo que tem sido chamado, na teoria social, como o processo de dominação simbólica de um grupo ou de uma classe ou, ainda, de uma sociedade sobre outros grupos, classes ou sociedade. Recorremos a Elias e Scotson (2000)<sup>14</sup>, que se dedicaram a compreender o processo de construção do discurso ideológico por meio do qual um grupo de trabalhadores, que chegou a um antigo bairro de trabalhadores em uma pequena cidade inglesa, dominou simbolicamente a realidade social e passou a usufruir de benefícios materiais em detrimento dos moradores mais antigos. A abordagem desses dois autores é de utilidade porque focalizam o poder de atribuir superioridade a si próprio, ao mesmo tempo em que exclui um outro grupo, considerando-o inferior, passando seus membros a serem categorizados com atributos negativos.

A busca de entendimento desse poder vincula-se às características estruturais que os grupos relacionados têm em comum e que são determinantes do poder de imputar a si e aos outros uma hierarquização das diferenças. Essas características dizem respeito ao acesso a recursos de poder e ao arsenal de superi-

<sup>12</sup> DUMONT, Louis. *O Individualismo. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

<sup>13</sup> DERRIDA, Jacques. "Structure, Sign and Play in the Discourse of Human Sciences". In *The Structuralist Controversy: The Languages of Criticism and the Sciences of Man*. Baltimore e London: The John Hopkins University Press, 1970.

<sup>14</sup> ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

oridade que cria alto grau de coesão interna do grupo, identificação coletiva e normas comuns indutoras de conformidade. Os diferenciais do grau de coesão interna e de controle comunitário desempenham papel decisivo na relação de forças entre os dois grupos porque é na coesão interna que se baseia a conformação do ideal do nós e o carisma coletivo.

A estreita ligação entre os diferenciais de poder dos grupos vincula-se, para os autores, na criação de um sentimento de *status* superior, para cada um dos membros, de inclusão na coletividade vinculando-os às tradições consideradas propriamente coletivas. A preservação do que julgam ter alto valor requer que cada grupo cerre fileiras protegendo a identidade grupal para afirmar sua superioridade. Essa é uma situação que “mostra com muita clareza a complementaridade do valor humano superior – o carisma do grupo – atribuído a si mesmo pelo grupo (...) e as características ‘ruins’ – a desonra grupal – que atribui aos *outsiders*” (2000:25). Essa complementaridade entre carisma grupal (do próprio grupo) e a desonra grupal (dos outros) é considerada um dos aspectos mais significativos de relações configuracionais hierarquizadas, propiciando apreender as relações de poder que vinculam os dois grupos, por se apoiarem em acesso diferencial a recursos de poder. Tanto o carisma grupal quanto a desonra grupal são confirmadas pelas imagens que se tem dos grupos relacionados. Enquanto a primeira informa superioridade, a segunda propicia inferiorização e exclusão dos benefícios vinculados às características construídas como próprias de si mesmos. Em Minas Gerais, o valor dos mineiros e o caráter depreciativo sobre os norte-mineiros, chamados de baianos ou capiais.

Por outro lado, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998)<sup>15</sup>, ao discutir o poder simbólico, informa que o mesmo é derivado de um conflito interno ao campo das classificações. É “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo” (op. cit.: 9, grifos no original) e, em particular, do mundo social, que pressupõe um conformismo lógico, ou seja, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências” (id., *ibid.*). Como recurso de poder, as ideologias e a simbologia, como um de seus instrumentos, é um produto coletivo e “coletivamente apropriado, servindo a interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (id. 10). E, finalmente para dar conclusão à minha exposição, recorro à argumentação de Bourdieu (1998) quando afirma que “as propriedades simbólicas podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador” (op. cit.: 112), pois o mesmo ocorre em um campo de produção simbólica que se constitui como um microcosmos da luta simbólica entre as partes de um campo social: Em Minas Gerais, o volume de recursos investidos nas regiões centrais e o pires na mão do Norte de Minas.

Creio já ter deixado suficientemente fundamentado os ganhos que a elite regional e a população Norte-Mineira alcança tanto do ponto de vista simbólico quanto material, ao procurar resgatar no campo de produção simbólica mineira o lugar crucial da sociedade pastoril regional na fundação e consolidação da Sociedade Mineira.

Minas Gerais não é só ouro. É, também, gado e este se disseminou pelo território estadual a

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

partir dos *Currais do São Francisco*, ou seja, o Norte de Minas e o seu ponto primacial foi a atual cidade de Matias Cardoso, ainda não reconhecida como tal, ao contrário da cidade de Mariana, já legitimada pela Constituição Estadual de 1989.

#### *Movimento Catrumano*

O Projeto *Movimento Catrumano*, coordenado pela Universidade Estadual de Montes Claros, por meio do Magnífico Reitor Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, por meio do Prefeito Valmir Moraes de Sá da cidade de Patis e pela Prefeitura Municipal de Montes Claros representada pelo Prefeito Athos Avelino Pereira, constituiu-se em estratégia para construção de poder simbólico da Região Norte Mineira junto à Sociedade Mineira como um todo.

É possível justificar o projeto *Movimento Catrumano* a partir de duas perspectivas, uma cultural e outra histórica. Com relação à primeira, inicialmente recorro a um estudioso nacional das realidades regionais brasileiras, procurando compreendê-las como regiões culturais. Manoel Diegues Júnior (1960)<sup>16</sup> argumenta que é por meio do processo de ocupação humana verificado no passado nacional que se pode caracterizar a formação de regiões culturais. Estas são vistas como “um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões” (1960: 7). Há que considerar, também, na argumentação desenvolvida pelo estudioso das regiões culturais

brasileiras, que se faz importante “ressaltar a existência de uma conformidade entre as fases e tipos de evolução econômica e política e as de desenvolvimento social” (op. cit.: 15), que constituem os fundamentos de uma região cultural.

No território onde se fundou, se constituiu e se consolidou a Sociedade Mineira, esse mesmo autor apresenta duas formações sócio-culturais e históricas distintas, uma vinculada ao Nordeste Mediterrâneo em que

a sociedade que se formou teve no *vaqueiro o seu tipo humano característico*, a mestiçagem intensificou-se; *os currais e depois as fazendas de criação* representam o principal centro social desta região, em cujo território outras características foram se desenvolvendo, de modo a criar novos aspectos culturais na região (op. cit.: 20, grifos meus).

E a outra região cultural caracterizada como Mineração no Planalto com a

formação dos arraiais de *mineração*, ambiente de riqueza, de fausto, de vida social intensa, mamelucos, mulatos, reinóis, judeus, e não só paulistas e nordestinos participam da formação humana; criaram-se condições culturais próprias que nos nossos dias, vêm sofrendo significativa mudança com as transformações decorrentes do desenvolvimento da metalurgia, sob cuja *influência se verifica o processo de vida regional* (op. cit.: 21, grifos meus).

Há que considerar, ainda, a argumentação desenvolvida por um dos construtores da mineiridade e já exposta na introdução deste projeto. Mas não custa retomá-lo nesta justificativa. Para Sylvio de Vasconcellos,

é indispensável distinguir as Minas, *das Gerais*; os mineiros dos *geralistas*. São duas mentalidades absolutamente diversas, duas épocas, duas formações históricas diferentes, duas áreas geográficas. Agora, sim, aparece o contraste: a montanha e o campo” (1968: 193, grifos meus)<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.

<sup>17</sup> VASCONCELLOS, Sylvio. *Mineiridade*. Ensaio de Caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

Uma outra forma de caracterizar as diferenças entre os exploradores do ouro e os criadores de gado se vincula às particularidades de cada área onde se situam desde os primórdios da história estadual. Para Vasconcellos,

acabado o ouro, [o minerador] recorre a outras atividades, mas não se desmente, nem se deixa seduzir pelo êxito litorâneo. Refugia-se nos matos, ampliando as roças ligeiras que vinha cultivando, finca pé em suas fazendas e espera. O violento retorno às atividades rurais, que havia enterrado com seus ancestrais, traumatiza-o, quebra-lhe o ânimo, perturba-lhe a fé. Em consequência, de rebelde, passa a apegado ao poder que, no fundo, despreza, mas do qual depende. Nasce dessa contingência sua inclinação incoercível pela política. E sua rebeldia persistente, de fundo, contrabalançada por seu legalismo formal. (op. cit.: 52).

Por outro lado, ao norte e noroeste de Diamantina

o deserto, só humanizado pelos caminhos do sul que alcançam o Serro, pelo Jequitinhonha, que corre para o desconhecido, e pelo São Francisco distante, de onde provêm *as boiadas*. Poucas povoações, as que ficam mais *ao Norte não são mais mineiras*, recolhem-se às barrancas do grande rio, *baianas e pastoris* (id. 54, grifos meus).

E ao comparar as paisagens e as gentes das duas regiões co-partícipes na fundação e consolidação da Sociedade Mineira, Sylvio de Vasconcellos (1968) afirma,

se a montanhas condicionam romantismos, fantasias, barroquismos, os largos horizontes das pastagens enchem-se de luz e de alegria. Facilmente se observa que *as populações pastoris* são bem mais extrovertidas, vivaces, jactansciosas que a dos socavões auríferos ou das encostas rurais protegidas pela montanha. Aquelas não se ensimesmam, exaltam-se mais prontamente, se autovalorizam com freqüência, disfarçando fraquezas. Estas são

introvertidas, exalam modéstias, encaramujam-se. Os horizontes são curtos, breves, sombrios, e só o céu compensa a ausência do mar, inatingível, reduzido a uma saudade angustiante, sem fim (op. cit.: 59, grifos meus)

Há intelectuais da área pastoril que reconhecem e afirmam as diferenças entre os Mineiros e os Norte Mineiros. Cyro dos Anjos (1963)<sup>18</sup>, escritor montesclareense que se transferiu para o Rio de Janeiro, descreve em suas memórias um périplo que fez por sua região natal e informa uma paisagem distinta das alterosas, que são a imagem legitimada de Minas Gerais, “quando o caminho apanha a crista da chapada, amplas perspectivas se rasgam, escalonadas em ondulações que vão cambiando do verde para o azul, até se diluírem na fimbria. Tem-se a impressão do mar” (1963: 215). Por sua vez, Antônio Augusto Teixeira (1975)<sup>19</sup> compara as duas paisagens informando que “esta Minas acidentada, das montanhas escarpadas e vales férteis e profundos, de ínvios caminhos (...) é diferente da nossa Minas baiana (...) das chapadas estéreis a perder de vista, amplos horizontes, onde o homem corre e o pensamento voa” (1975: 85). E Simeão Ribeiro Pires (1978)<sup>20</sup>, ao discorrer sobre a *gênese dos povoados no sertão mineiro*, informa que “nas minas, as igrejas e os povoados se erguem nas montanhas e colinas. Nos *currais de gado*, nas planícies ou terrenos levemente ondulados. Nas *montanhas*, junto às *catas* das minas. Na planície, junto às terras sem fim, do pastoreio” (1978, 266, grifos no original).

E, finalmente, Darcy Ribeiro (1988), em *Migo*, livro em que se afirma mineiro, ao fazer sua narrativa da história estadual informa que: “antes de existir Minas já era dele (Antônio Guedes de Brito) (...) Ficamos sendo Minas

<sup>18</sup> ANJOS, Cyro. *Explorações no Tempo. Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

<sup>19</sup> TEIXEIRA, Antônio Augusto. *Um Caso antes dos Noventa*. Belo Horizonte: O Lutador, 1975.

<sup>20</sup> PIRES, Simeão Ribeiro. “Gênese dos Povoados no Sertão”. In: *Antologia da Academia Montesclareense de Letras*. Montes Claros: Comunicação, 1978.

Gerais quando deveríamos ter por nome Gadaria ou Currais São-franciscanos ou talvez até, melhor, País do Rio das Velhas” (1988: 58). Por outro lado, ao comparar Mineiros e Norte Mineiros afirma: “meu povo mineiro, do lado do Mangueiral [Montes Claros], é uma baianada sofrida, querendo alegrias sem alcançar, o daqui das serras é um povo indiano, cismado, caturra, rezando resignado” (id.: 110)<sup>21</sup>.

Do ponto de vista histórico, a justificativa do *Movimento Catrumano* pode se dar pela utilização de estudos de historiadores mineiros para não propiciar furos argumentativos para que os instituidores do Dia do Estado de Minas Gerais, em 16 de julho a ser comemorado em Mariana, não joguem por terra toda a articulação regional.

Historiadores mineiros como Diogo de Vasconcelos (1900)<sup>22</sup> e Salomão de Vasconcelos (1944)<sup>23</sup> informam que na expansão pastoril pelas margens e vale do São Francisco, baianos e paulistas fundaram diversas povoações desde meados do século XVII, algumas décadas antes do descobrimento e exploração do ouro. Os arraiais ocupados pelos criadores de gado, posteriormente passaram a fazer parte da Capitania de Minas Gerais em 1720, na tentativa da administração colonial em impedir que o ouro explorado na região aurífera se deslocasse para o sertão e não para Portugal. Esses historiadores mineiros denominaram à expansão da sociedade pastoril norte mineira pelo território de Minas Gerais como a *ma-drugada* de Minas, sendo que o ouro iluminou a *aurora* do mesmo Estado. Dessa forma, evidenciam o fato de que Minas Gerais é fruto da conjugação da sociedade mineradora, nas entranhas da Serra do Espinhaço, com a soci-

idade pastoril, disseminada pelas chapadas que se espalham na depressão do curso médio do rio São Francisco.

Faz-se necessário aprofundar um pouco mais essa evidencia afirmada por Diogo de Vasconcelos e por Salomão de Vasconcelos. Vamos aos fatos.

Por volta dos anos 1612, conforme o historiador paulista Affonso de Taunay (1948)<sup>24</sup>, bandeiras anônimas paulistas começam a percorrer o rio São Francisco criando o que veio a se chamar, posteriormente, de Caminho Geral do Sertão. Na década de 1650, a sociedade do Recôncavo baiano começou a ser invadida por grupos indígenas aliados a negros aquilombados no sertão. Como diversas expedições baianas não foram capazes de debelar essa ameaça que pairava sobre as populações dedicadas à produção de açúcar, o governo da Capitania Bahia entendeu de pedir auxílio a paulistas. Dentre eles, Mathias Cardoso de Almeida, que comandava a bandeira herdada de seu pai, conduziu um grupo de mais de cem “bandeirantes”, além de escravos negros e indígenas para a região média do rio São Francisco, objetivando apreiar índios e exterminar com os quilombos, cuja existência ameaçava constantemente as povoações dedicadas ao cultivo da cana de açúcar e à criação de gado.

Ao chegar, por volta de 1660 na região do rio Verde Grande, Mathias Cardoso de Almeida e seu grupo aí se estabeleceu. Foram fundados alguns arraiais e algumas fazendas, dentre eles, o Arraial do Meio ou de Mathias Cardoso e a fazenda Jahyba de Antônio Gonçalves Figueira nas cabeceiras do rio das Rãs, próxima a Bom Jesus da Lapa na Bahia. En-

<sup>21</sup> RIBEIRO, Darcy. *Migo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

<sup>22</sup> VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/c, 1900.

<sup>23</sup> VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944, Volume XV.

<sup>24</sup> TAUNAY, Affonso de Escregnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1948, 11 volumes.

tretanto, pouco depois de estabelecidos os arraiais nas margens do rio Verde Grande, tiveram que mudar suas localizações devido às inundações e à insalubridade da área. Fundou-se então, nas margens do rio São Francisco e amparado por algumas elevações rochosas, o povoado de Morrinhos, hoje cidade de Matias Cardoso. Essa a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro, apesar de na época pertencer à Capitania da Bahia.

Continuando sua luta contra os grupos indígenas, a bandeira liderada por Mathias Cardoso de Almeida, que fora chamado a São Paulo para acompanhar Fernão Dias Paes na busca das esmeraldas, fundou em 1668 as povoações de Brejo do Salgado, hoje Januária, e São Romão. Para poderem se estabelecer nessas localidades, os paulistas do grupo de Mathias Cardoso de Almeida precisaram exterminar e aprisionar os indígenas que aí viviam. Salomão de Vasconcellos informa em seu livro sobre o *bandeirismo* que Manoel de Borba Gato, após assassinar o fidalgo espanhol Dom Rodrigo de Castel Branco, estabeleceu-se e fundou a povoação da atual Barra do Guaycuí, na confluência do rio das Velhas e do rio São Francisco em 1684.

Desde sua fundação, por volta de 1660, a sociedade pastoril disseminada a partir de Morrinhos se dedicou à criação de gado e à produção de gêneros alimentícios, que comercializavam com a cidade de Salvador e o Recôncavo. Daí a existência de um caminho que ligava as duas cidades e que posteriormente fez parte dos chamados *caminhos do sertão* ou *caminhos da Bahia*. O comércio com a sociedade baiana era tão intenso e lucrativo que possibilitou à população de Morrinhos

construir uma imensa igreja, a primeira de Minas Gerais, ainda hoje existente na cidade de Matias Cardoso, ela era e é dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Constituiu-se como primeira *freguesia* no território do Estado de Minas Gerais. Fato que ocorreu no ano de 1695, antes mesmo da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, que ocorre em julho de 1696, alguns meses depois. Foi nomeado para pároco o padre Antônio Thomaz Corvelo Garcia D'Ávila que, posteriormente, em 1706, passa também a atender à população localizada no território do atual município de Curvelo, até onde sua paróquia se estendia. Pároco esse que posteriormente aí se instalou definitivamente para contribuir com os criadores de gado na luta contra a administração colonial, principalmente nos conflitos da Vila do Papagaio.

Em 1694 acha-se ouro no ribeirão Tripuí. Entretanto, a exploração continuada de tal minério só ocorre mesmo após a descoberta do ouro de aluvião na região de Mata Cavalos no ribeirão que os paulistas chamaram de Nossa Senhora do Carmo e que ocorreu em 16 de julho de 1696. Antonil (1997)<sup>25</sup> em seu livro *A opulência do Brasil*, informa que em 1697, 1699 e 1701 os mineradores que acorreram para a região onde o ouro foi descoberto e estava sendo explorado tiveram que abandonar as lavras, catas e minas, pois a fome generalizada impedia-lhes continuarem em sua busca desenfreada pelo abundante ouro<sup>26</sup>.

Após esse período não mais ocorreram ciclos bi-anuais de fome, que impediam a consolidação da sociedade mineradora. O que realmente ocorreu? Sendo uma sociedade *dependente* de alimentos, já que não havia ninguém

<sup>25</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1997.

<sup>26</sup> Apronfundamento desta questão pode ser encontrado em ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1990. Estudos Históricos.

que se dedicasse à produção, por estarem todos voltados para a exploração do ouro, era necessário que uma outra região do país atendesse à essa demanda e possibilitasse aos mineradores se dedicarem, sem interrupção, à exploração do minério aurífero. Quem viabilizou que gêneros alimentícios, gado e animais de transporte suprissem à demanda da sociedade mineiradora? Naquele período, quem primeiro ocorreu em favor dos mineradores e dominou o comércio de gêneros alimentícios foram os membros da sociedade pastoril, que viviam nas margens do rio São Francisco e que vinham suprindo a sociedade baiana dos mesmos produtos.

Se Mariana, por atuação de seus filhos, e pelo papel simbólico que exerceu e exerce para o imaginário mineiro, fez-se *berço de Minas* e como tal é reconhecida, com toda razão. Faz-se necessário que a sociedade mineira deixe de negar sua verdadeira história nascente e assuma a atual Matias Cardoso, antiga Morrinhos como, o *berço dos Gerais*. Não se pode compreender que Minas Gerais continue a crer que apenas a sociedade mineradora lhe deu fundação e que a sociedade pastoril dos antigos *Currais do São Francisco*, hoje Norte de Minas, não tenha tido papel crucial nesse momento fundante da sociedade mineira. Basta ler com atenção a historiografia que trata dos primórdios da sociedade brasileira, principalmente nos séculos XVII e XVIII.

Mais que reconhecer Matias Cardoso como *berço dos Gerais* é necessário elevar a auto-estima dos moradores dessa localidade e das localidades Norte Mineiras para que não percam as tradições que secularmente vivenciam. Assim como preservar o patrimônio arquitetônico e paisagístico que aos poucos vai se deteriorando, em decorrência de não serem restaurados como os daquelas cidades

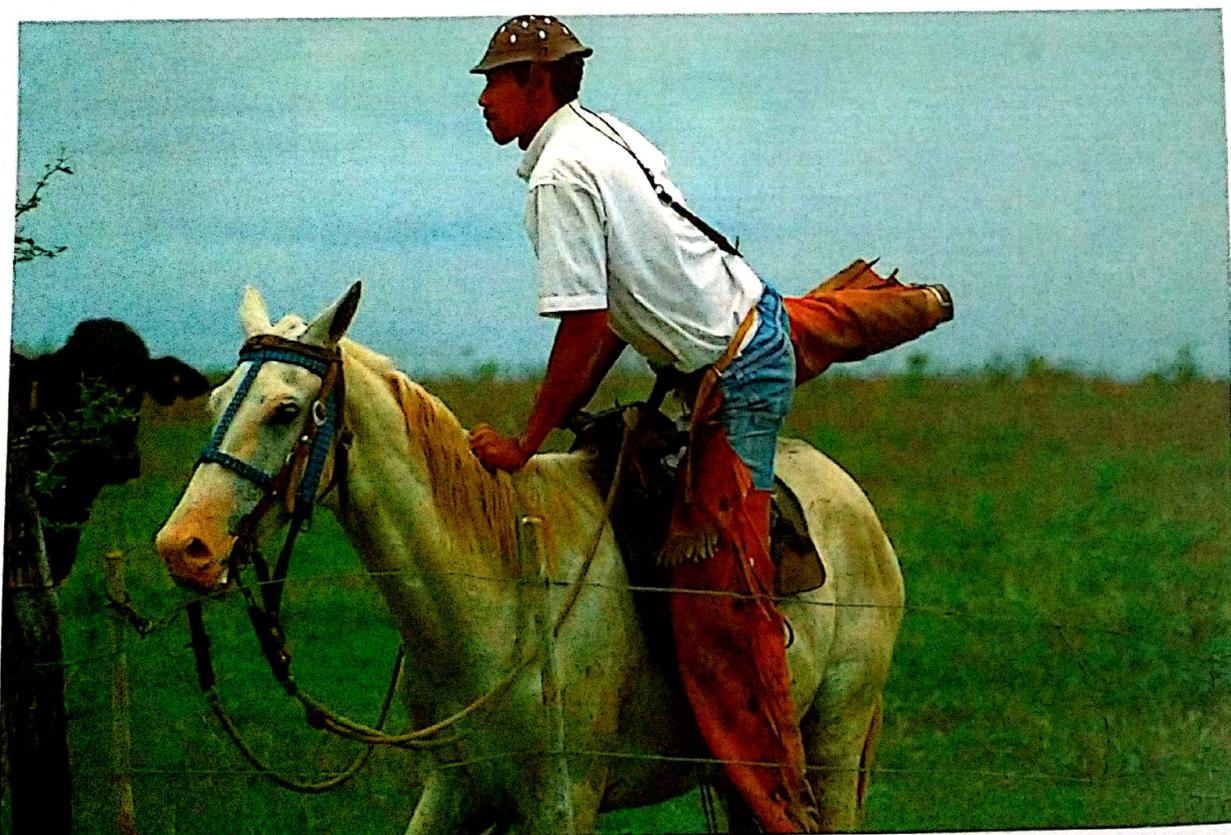
que Minas tem como menina dos olhos: Mariana, Ouro Preto, São João del Rei, Sabará e Diamantina, dentre outras, seus *morrinhos* vão sendo dilapidados por não se reconhecer nas elevações que protegeram secularmente a matriz de Nossa Senhora da Conceição o seu valor histórico e que hoje suprem as construções de pedras para alicerce de casas e outras coisas mais. O *berço dos gerais* está à espera que os norte mineiros de uma forma particular e os mineiros em geral se levantem em defesa desse patrimônio, até então relegado e esquecido, por situar-se num território que não se constitui para o imaginário da sociedade mineira como partícipe de sua formação inicial e que não tem poder simbólico nesse mesmo imaginário. Por isso o *esquecimento* que todos os administradores políticos e a população, em geral, afirmam recorrentemente quando se fala em desenvolvimento regional.

Toda essa história é possível ler em Salomão de Vasconcellos, um historiador reverenciado por todos os mineiros. Em seu livro sobre o *bandeirismo* “o povoador ancestral foi, incontestavelmente, o vaqueiro do norte, a cujo esforço, conjugado logo depois com o do bandeirante do sul, devemos precipuamente os alicerces da independência econômica, da ocupação territorial e da civilização do planalto (1944: 22)”. Esse povoador ancestral firmou seu pé primeiramente em Morrinhos, hoje Matias Cardoso, que nos primórdios de sua existência foi um “cenário dos mais retumbantes acontecimentos do alvorecer das Minas, ponto forçado de penetração para os planaltos, centro ativo de comércio e teatro predileto das bravatas e escaramuças do maior caudilho do tempo, o famigerado Manoel Nunes Viana (1944: 24)”. Por sua vez, os viajantes alemães Spix e Martius (1976)<sup>27</sup>, quando passaram por Morrinhos no início do século XIX,

<sup>27</sup> SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von – *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976. 3 volumes.



Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Matias Cardoso-MG



Vaqueiro - Expedição caminhos dos Geraes

afirmam, baseados em documentos manuseados por eles e que posteriormente foram queimados, que essa localidade possuía na época de instalação da *freguesia* em 1695 cerca de 10.000 almas, fora a 12.000 almas espalhadas por todo o território paroquial, que englobava parte do território baiano e imensa parte do território mineiro, já que Caeté e Sabará dele faziam parte, primordialmente.

Assim, como forma de reconhecer o papel crucial dos Norte Mineiros na fundação e na consolidação da historicidade e da sociedade mineira e contribuir para a transformação, simbólica, dessa região vista como esquecida, isolada, atrasada, os legisladores mineiros deveriam apoiar uma emenda constitucional que dispusesse a comemoração, alternada, do dia do Estado de Minas Gerais, com a sua transferência simbólica para as duas localidades fundadoras da Sociedade Mineira. Em um ano, Mariana seria vangloriada como o berço da cultura e da civilização das Minas e no ano seguinte, Matias Cardoso seria vangloriada como o berço da cultura e da civilização dos Gerais. E, num moto contínuo, os mineiros atuais e futuros tomariam conhecimento da dualidade mineira e passariam a reverenciar as duas formações sociais que, primordialmente, lhe deram configuração.

E, por fim, se o Estado de Minas Gerais, por disposição da Constituição de 1989, reconhece como fato fundante de sua historicidade e sociedade a descoberta do ouro no curso do Ribeirão Nossa Senhora do Carmo, em 16 de julho de 1696, e, para comemorar tal evento, transfere-se simbolicamente para a cidade de Mariana, isto se deve à ação dos membros da

Academia Marianense de Letras e da Casa de Cultura de Mariana, como pode ser lido em livro organizado por Roque Camêllo (1991)<sup>28</sup> em que narra, precisamente, o processo de articulação para viabilização de tal data e de tal evento.

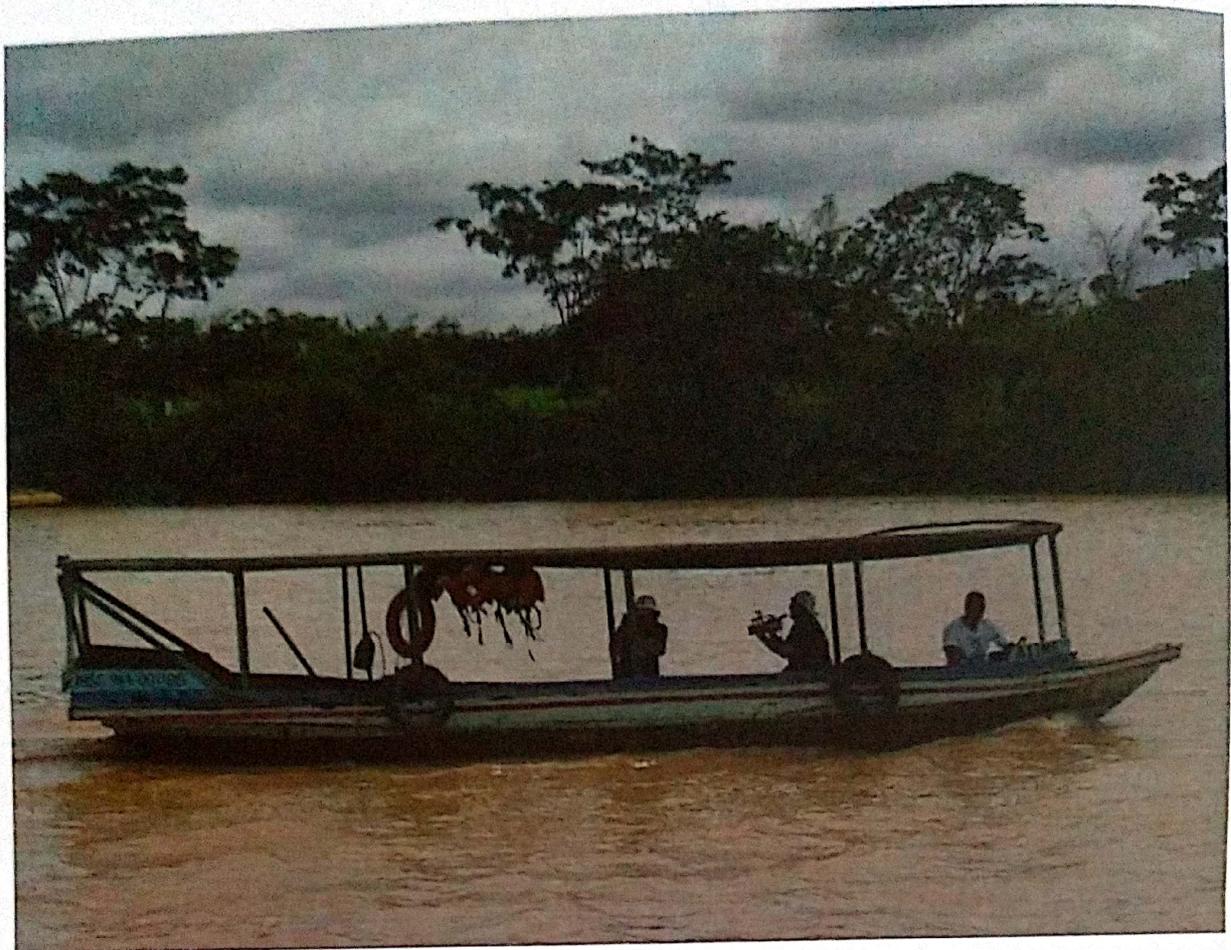
Nos eventos comemorativos Mariana tem reforçada, simbólica e materialmente, pelo poder político estadual, sua condição de berço de Minas. Não há como negar que o ouro propicia a emergência de uma nova história e de uma nova sociedade a partir da atual cidade de Mariana, que se afirma discursivamente como “o berço da cultura e da civilização mineira”. Entretanto, essa disposição constitucional e essa afirmação marianense, se passadas pelo crivo dos fatos do passado ou mesmo pela historiografia mineira de meados do século XX, não se respaldam.

A instituição da data de 16 de julho como o ato de fundação do Estado de Minas Gerais foi decorrente da agência de membros da Academia Marianense de Letras e da Casa de Cultura de Mariana visando ao reconhecimento desta cidade como berço da mineiridade, em contraposição ao reconhecimento de sua vizinha, Ouro Preto, como berço da brasilidade, como afirmaram os modernistas desde que começaram a valorizar as coisas propriamente nacionais.

Reconhecer apenas Mariana como berço do Estado de Minas Gerais é obliterar o papel dos criadores de gado na atual região norte mineira como co-partícipes da fundação e da consolidação da historicidade e da sociedade mineira. Afinal, há as Minas, mas, há, também, os Geraes.



<sup>28</sup> CAMÊLLO, Roque José de Oliveira. *16 de Julho. O Dia de Minas*. Discursos, pronunciamentos, ensaios, crônicas e poemas sobre a data constitucional mineira. Belo Horizonte: Lemi, 1991.



Barco no Rio São Francisco



Feira - Expedição caminhos dos Geraes